



Federação Portuguesa de Orientação

Demonstrações Financeiras

31 Dezembro de 2018

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração dos Resultados por Funções.....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Ativos Intangíveis.....	18
7. Investimentos Financeiros	19
8. Rédito.....	19
9. Subsídios	20
10. Imposto sobre o rendimento.....	20
11. Benefícios dos empregados.....	20
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
13. Outras Informações	21
13.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	21
13.2. Clientes	22
13.3. Outros Ativos Correntes	22
13.4. Diferimentos	22
13.5. Caixa e Depósitos Bancários	23
13.6. Fundos Patrimoniais	23
13.7. Fornecedores e Créditos a Receber.....	23
13.8. Estado e Outros Entes Públicos	24
13.9. Outros Passivos Correntes.....	24
13.10. Fornecimentos e serviços externos	24
13.11. Outros rendimentos.....	25

13.12. Outros gastos	25
13.13. Juros e gastos similares suportados	26
13.14. Acontecimentos após data de Balanço	26

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	39 465,59	61 123,05
Ativos intangíveis	6	-	10,32
Investimentos financeiros	7	67,33	159,63
Subtotal		39 532,92	61 293,00
Ativo corrente			
Créditos a receber	13.2	500,00	-
Estado e outros Entes Públicos	13.8	-	7,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.1	17 242,02	7 475,39
Diferimentos	13.4	8 893,69	10 587,26
Outros ativos correntes	13.3	5 428,16	1 225,89
Caixa e depósitos bancários	13.5	50 036,15	43 438,48
Subtotal		82 100,02	62 734,52
Total do Ativo		121 632,94	124 027,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	25 001,98	25 001,98
Resultados transitados	13.6	81 766,52	102 386,07
Resultado Líquido do período		(27 322,97)	(20 619,55)
Total do fundo de fundos patrimoniais		79 445,53	106 768,50
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	18 375,39	3 264,86
Estado e outros Entes Públicos	13.8	7 848,53	1 907,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.1	75,00	-
Diferimentos	13.4	4 500,00	5 032,51
Outros passivos correntes	13.9	11 388,49	7 054,05
Subtotal		42 187,41	17 259,02
Total do passivo		42 187,41	17 259,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		121 632,94	124 027,52

Marinha Grande, 04 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	21 701,00	32 513,10
Subsídios, doações e legados à exploração	9	188 995,11	165 948,99
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(188 029,02)	(132 622,45)
Gastos com o pessoal	11 / 13.9	(27 167,52)	(41 012,95)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1/13.3	(594,98)	(112,50)
Outros rendimentos	13.11	58 498,43	33 456,18
Outros gastos	13.12	(56 446,37)	(51 775,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(3 043,35)	6 394,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(23 706,96)	(26 640,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(26 750,31)	(20 245,39)
Juros e gastos similares suportados	13.13	(152,70)	(159,31)
Resultados antes de impostos		(26 903,01)	(20 404,70)
Imposto sobre o rendimento do período	10	(419,96)	(214,85)
Resultado líquido do período		(27 322,97)	(20 619,55)

Marinha Grande, 04 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Actividade desportiva	Actividade comercial	PERÍODOS	
					2018	2017
Vendas e serviços prestados		21 701,00	0,00		21 701,00	32 513,10
Resultado bruto		21 701,00	0,00	0,00	21 701,00	32 513,10
Outros rendimentos		213 809,08	33 676,96		247 486,04	199 380,53
Gastos administrativos		28 846,79	642,35		29 489,14	25 450,33
Outros gastos		239 903,86	26 551,85		266 455,71	226 713,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-33 240,57	6 482,76	0,00	-26 757,81	-20 270,03
Gastos de financiamento (líquidos)		145,20	0,00		145,20	134,67
Resultados antes de impostos		-33 385,77	6 482,76	0,00	-26 903,01	-20 404,70
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	-419,96		-419,96	-214,85
Resultado líquido do período		-33 385,77	6 062,80	0,00	-27 322,97	-20 619,55

Marinha Grande, 04 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	13.6	25 001,98	-	-	124 489,73	-	-	-	(22 103,66)	127 388,05	-	127 388,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		13.6	-	-	-	(22 103,66)	-	-	-	22 103,66	-	-	-
		2	-	-	-	(22 103,66)	-	-	-	22 103,66	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		3								(20 619,55)	(20 619,55)	-	(20 619,55)
RESULTADO INTEGRAL		4=2+3								1 484,11	(20 619,55)	-	(20 619,55)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017		6=1+2+3+5	13.6	25 001,98	-	-	102 386,07	-	-	(20 619,55)	106 768,50	-	106 768,50

Marinha Grande, 04 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	13.6	25 001,98	-	-	102 386,07	-	-	-	(20 619,55)	106 768,50	-	106 768,50
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		13.6	-	-	-	(20 619,55)	-	-	-	20 619,55	-	-	-
		7	-	-	-	(20 619,55)	-	-	-	20 619,55	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		8								(27 322,97)	(27 322,97)		(27 322,97)
RESULTADO INTEGRAL		9=7+8								(6 703,42)	(27 322,97)	-	(27 322,97)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018		6+7+8+10	13.6	25 001,98	-	-	81 766,52	-	-	-	(27 322,97)	-	79 445,53

Marinha Grande, 04 de Março 2019

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		256 533,93	253 972,83
Pagamentos de apoios		(34 563,51)	(27 502,07)
Pagamento a fornecedores	13.7	(188 096,44)	(182 533,71)
Pagamentos ao pessoal	11	(17 311,41)	(28 459,49)
Caixa gerada pelas operações		16 562,57	15 477,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	10	(58,28)	85,63
Outros recebimentos/pagamentos		(9 698,94)	(16 238,00)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		6 805,35	(674,81)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(296,80)	(11 073,34)
Investimentos financeiros	7	(41,65)	(77,16)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5	116,24	262,50
Investimentos financeiros		151,07	-
Juros e rendimentos similares	13.11	7,50	30,00
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(63,64)	(10 858,00)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	13.13	(144,04)	(161,48)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(144,04)	(161,48)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		6 597,67	(11 694,29)
Caixa e seus equivalentes no início do período		43 438,48	55 132,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		50 036,15	43 438,48

Marinha Grande, 04 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Federação Portuguesa de Orientação - FPO é uma instituição dotada de estatuto de Utilidade Pública Desportiva desde 21 de outubro de 1995 (Despacho 62/95 - Diário da República n.º 244) e de estatuto de Utilidade Pública desde 09 de abril de 2012 (Despacho 4861/2012. Diário da República n.º 70), tendo sido fundada em 19 de Dezembro de 1990, data a partir da qual é membro de pleno direito da International Orienteering Federation - IOF. A sua sede é em Estrada da Vieira nº 4, Bairro Florestal – Pedreanes, Marinha Grande – Leiria e tem como atividade a organização e gestão da modalidade desportiva Orientação com os seguintes objetivos:

- Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática da Orientação, nas suas diversas disciplinas, intervindo de forma que a modalidade seja ministrada nas escolas e apoiada como atividade formativa;
- Difundir e fazer respeitar as regras da Orientação, estabelecidas pelos órgãos e entidades competentes;
- Representar a nível nacional e internacional a Orientação portuguesa;
- Representar os interesses dos seus filiados perante a Administração Pública;
- Estimular a constituição e apoiar o funcionamento de clubes e associações;
- Estabelecer relações com federações estrangeiras e internacionais;
- Organizar os campeonatos nacionais e outras provas consideradas convenientes à expansão e desenvolvimento da Orientação, bem como atribuir os respetivos títulos;
- Organizar as seleções nacionais, tendo em consideração o interesse público da participação dos praticantes desportivos nas seleções e os legítimos interesses da federação, dos clubes e dos praticantes desportivos;
- Defender os princípios fundamentais da ética desportiva, em particular nos domínios da lealdade na competição, verdade do resultado desportivo, prevenção e sancionamento da violência associada ao desporto, da dopagem e corrupção do fenómeno desportivo.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com a seguinte composição:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	4 a 5 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos e ganhos*” ou “*Outros gastos e perdas*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade Industrial	3 anos
...	
Outros Ativos intangíveis	

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;

- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os “*Cientes*” e os “*Créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Acontecimentos após a data do Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições existentes após a data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos), são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Equipamento básico	149 064,87	-	(213,05)	-	-	148 851,82
Equipamento de transporte	94 267,75	-	-	-	-	94 267,75
Equipamento administrativo	40 360,95	-	-	-	-	40 360,95
Outros Ativos fixos tangíveis	57 043,66	-	-	-	-	57 043,66
Total	340 737,23	-	(213,05)	-	-	340 524,18
Depreciações acumuladas						
Equipamento básico	99 086,34	14 411,80	(213,05)	-	-	113 285,09
Equipamento de transporte	62 449,61	8 123,78	-	-	-	70 573,39
Equipamento administrativo	37 678,42	1 576,38	-	-	-	39 254,80
Outros Ativos fixos tangíveis	53 942,53	2 345,32	-	-	-	56 287,85
Total	253 156,90	26 457,28	(213,05)	-	-	279 401,13
Ativos fixos tangíveis	87 580,33	(26 457,28)	-	-	-	61 123,05

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Equipamento básico	148 851,82	1 742,98	(94,50)	-	-	150 500,30
Equipamento de transporte	94 267,75	-	-	-	-	94 267,75
Equipamento administrativo	40 360,95	296,20	-	-	-	40 657,15
Outros Ativos fixos tangíveis	57 043,66	-	-	-	-	57 043,66
Total	340 524,18	2 039,18	(94,50)	-	-	342 468,86
Depreciações acumuladas						
Equipamento básico	113 285,09	14 163,30	(94,50)	-	-	127 353,89
Equipamento de transporte	70 573,39	8 123,78	-	-	-	78 697,17
Equipamento administrativo	39 254,80	702,87	-	-	-	39 957,67
Outros Ativos fixos tangíveis	56 287,85	706,69	-	-	-	56 994,54
Total	279 401,13	23 696,64	(94,50)	-	-	303 003,27
Ativos fixos tangíveis	61 123,05	(21 657,46)	-	-	-	39 465,59

Em 2018 além de ter sido adquirido o equipamento Satinternet Sb2+, foram reclassificados os gastos com balizas e bolsas que estavam registadas como gastos diferidos e passaram para ativos fixos tangíveis.

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Programas de Computador	19 226,48	-	-	-	-	19 226,48
Propriedade Industrial	223,67	-	-	-	-	223,67
Total	19 450,15	-	-	-	-	19 450,15
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	19 084,61	141,87	-	-	-	19 226,48
Propriedade Industrial	172,13	41,22	-	-	-	213,35
Total	19 256,74	183,09	-	-	-	19 439,83
Ativos Intangíveis	193,41	(183,09)	-	-	-	10,32

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Programas de Computador	19 226,48	-	-	-	-	19 226,48
Propriedade Industrial	223,67	-	-	-	-	223,67
Total	19 450,15	-	-	-	-	19 450,15
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	19 226,48	-	-	-	-	19 226,48
Propriedade Industrial	213,35	10,32	-	-	-	223,67
Total	19 439,83	10,32	-	-	-	19 450,15
Ativos Intangíveis	10,32	(10,32)	-	-	-	-

Em 2018 não foram realizadas aquisições de ativos intangíveis.

7. Investimentos Financeiros

O valor de investimentos financeiros refletido no Balanço em 2018 ascende a 67,33 euros e refere-se ao Fundo de Compensação Salarial, de constituição obrigatória na admissão de funcionários.

8. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	21 701,00	32 513,10
Quotas e Jóias	21 701,00	32 513,10
Total	21 701,00	32 513,10

Em 2018 os rendimentos de quotizações diminuíram cerca de 11 mil euros, o que representa uma quebra na ordem dos 33% face a 2017.

9. Subsídios

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios” e “Apoios”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	188 002,78	157 550,84
Instituto Português do Desporto e Juventude, IP	150 102,78	125 884,00
Município de Aguiar da Beira	1 900,00	
Fundação do Desporto	5 000,00	
Município de Odemira	25 000,00	
DGE - Direção-Geral da Educação		20 889,84
Município de Constância		2 500,00
Município de Abrantes	3 000,00	4 000,00
Município do Sardoal	3 000,00	4 277,00
Subsídios de outras entidades	992,33	8 398,15
Total	188 995,11	165 948,99

Os gastos e rendimentos do ano de 2018 foram, comparativamente com o ano anterior, bastante diferentes por se ter organizado o Campeonato do Mundo de Orientação em BTT (MTBO), daí a grande diferença nos apoios recebidos, quer do IPDJ quer dos Municípios.

10. Imposto sobre o rendimento

Foram apurados os seguintes valores de imposto sobre o rendimento:

Imposto sobre o Rendimento		
Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	419,96	214,85
Total	419,96	214,85

11. Benefícios dos empregados

Sete foi o número de membros dos órgãos diretivos nos períodos de 2018 e 2017.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Apesar de nos quadros da Federação terem estado registados 3 funcionários, o número médio de pessoas ao serviço em 2018 foi de 2 pessoas, dado que um dos funcionários esteve quase a totalidade do ano de baixa da segurança social.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	21 389,55	33 305,67
Encargos sobre as Remunerações	4 391,50	6 284,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 301,74	1 332,36
Outros Gastos com o Pessoal	84,73	89,97
Total	27 167,52	41 012,95

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2018 e 2017, foram de 2.000,00€ em cada um dos períodos.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	26 230,20	15 868,59
Perdas por imparidade	(8 988,18)	(8 393,20)
Total	17 242,02	7 475,39
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	75,00	-
Total	75,00	-
	17 167,02	7 475,39

Neste exercício foram acrescidos 594,98 euros ao valor das dívidas de cobrança duvidosa.

13.2. Créditos a receber

A rubrica de créditos a receber apresentava o seguinte saldo de clientes 2017 e 2018:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c	500,00	-
Clientes	500,00	-
Total	500,00	-

O saldo de clientes à data de 31-12-2018 reflete o valor a receber da Fundação do Desporto.

13.3. Outros Ativos Correntes

A rubrica “*Outros Ativos Correntes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a Fornecedores	288,80	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 355,32	-
Outros Devedores	8 821,17	8 263,02
Perdas por Imparidade	(7 037,13)	(7 037,13)
Total	5 428,16	1 225,89

Em acréscimos de rendimentos encontra-se registada a verba de 3.000 euros, relativa ao apoio concedido pelo Município do Sardoal, mas que só irá ser recebida em 2019.

Não houve variação nas perdas por imparidade desta rubrica.

13.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Gastos com WTOC 2019	6 765,36	2 032,88
MTBO-2018	-	4 350,15
Gastos diversos - atividade corrente	2 128,33	4 204,23
Total	8 893,69	10 587,26
Rendimentos a reconhecer		
Rendimentos WTOC 2019	4 500,00	-
Rendimentos MTBO 2018	-	5 000,00
Rendimentos diversos - atividade corrente	-	32,51
Total	4 500,00	5 032,51

Os gastos e rendimentos com a preparação do WTOC 2019 são os principais valores registados nestas rubricas.

13.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	294,71	117,73
Depósitos à ordem	49 741,44	13 320,75
Depósitos a prazo	-	30 000,00
Total	50 036,15	43 438,48

13.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	25 001,98	-	-	25 001,98
Resultados transitados	102 386,07	-	(20 619,55)	81 766,52
Total	127 388,05	-	(20 619,55)	106 768,50

13.7. Fornecedores e Créditos a Receber

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Total	-	-
Passivo		
Fornecedores c/c	18 375,39	3 264,86
Total	18 375,39	3 264,86

A rubrica de fornecedores regista uma dívida no valor de 6 773,48 euros a Alexandre Reis e 5 995,00 euros à A Actívideo-Act. Vídeo e Fotografia Lda, que foram originadas pela organização do MTBO 2018 e cujo pagamento irá ocorrer em 2019. O restante valor refere-se a dívida corrente relacionada com a atividade da FPO e ao valor de 1 836 euros pagos em 2019 ao Agrupamento de Escolas da Marinha Grande, no âmbito do Orijoventem.

13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	7,50
Total	-	7,50
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	419,96	214,85
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 891,32	213,37
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 128,70	350,23
Segurança Social	1 408,55	1 129,15
Total	7 848,53	1 907,60

A variação desta rubrica está relacionada com o valor de 1 891,32 euros a pagar de IVA em Fevereiro de 2019 e à retenção na fonte a pagar ao estado relacionada com os recibos verdes emitidos para pagar honorários do MTBO 2018 e da formação.

13.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	(167,99)	-	-
Remunerações a pagar	-	(167,99)	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	10 107,90	-	7 054,05
Outros credores	-	1 448,58	-	-
Total	-	11 388,49	-	7 054,05

Os credores por acréscimos de gastos, além dos encargos com férias e subsídios de férias a pagar em 2019, referem-se a apoios pagos a clubes no âmbito da atividade de BTT e Adaptada, cujos recibos apenas foram emitidos em 2019 e ao valor de 786,12 euros a devolver ao IPDJ.

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	92 247,88	41 918,68
Materiais	3 227,14	1 326,07
Energia e fluidos	7 484,05	6 685,48
Deslocações, estadas e transportes	45 015,58	65 473,98
Serviços diversos	40 054,37	17 218,24
Rendas e alugueres	14 248,72	2 748,22
Comunicação	2 626,65	2 635,25
Seguros	18 397,62	10 601,37
Contencioso e notariado	-	37,45
Despesas de representação	75,00	-
Limpeza, higiene e conforto	290,31	24,26
Outros serviços	4 416,07	1 171,69
Total	188 029,02	132 622,45

A variação acentuada nos gastos tem a ver essencialmente com o facto de em 2018 se ter organizado o MTBO.

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	57 442,47	33 075,06
Descontos de pronto pagamento obtidos	28,54	10,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	94,50	285,98
Outros rendimentos e ganhos	932,92	85,14
Total	58 498,43	33 456,18

O aumento desta rubrica está relacionado com as inscrições recebidas no MTBO 2018.

13.12. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	619,47	544,72
Descontos de pronto pagamento concedidos	7,55	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	45,00	-
Outros Gastos e Perdas	12 286,51	6 470,00
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	43 487,84	44 760,67
Total	56 446,37	51 775,39

O aumento desta rubrica refere-se às quotizações do MTBO pagas à IOF.

13.13. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com juros e gastos similares suportados em 2017 e 2018 foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12,50	-
Outros gastos e perdas de financiamento	140,20	159,31
Total	152,70	159,31

13.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Marinha Grande, dia 04 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção